

HISTORIOGRAPHICA

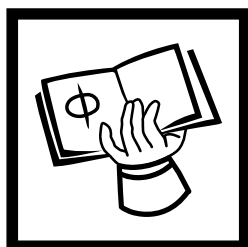
LISBON HISTORICAL STUDIES

DANIEL ESTUDANTE PROTÁSIO (ORG.)

**HISTORIOGRAFIA, CULTURA E POLÍTICA
NA ÉPOCA DO VISCONDE DE SANTARÉM
(1791-1856)**

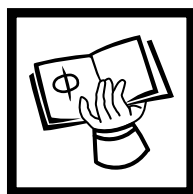


CENTRO DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA



HISTORIOGRAPHICA

LISBON
HISTORICAL
STUDIES



HISTORIOGRAPHICA

LISBON
HISTORICAL
STUDIES

Historiografia, Cultura e Política na Época do Visconde de Santarém (1791-1856)

Daniel Estudante Protásio (Org.)

CH
CENTRO DE HISTÓRIA

Lisboa

Centro de História da Universidade de Lisboa

2019



Direcção da colecção | Series editors
Sérgio Campos Matos e Covadonga Valdaliso

Conselho científico da colecção | Series scientific board
Fernando Catroga (Univ. de Coimbra), Ilaria Porciani (Univ. di Bologna), Javier Fernández Sebastián (Univ. del País Vasco), Luís Filipe Barreto (Univ. de Lisboa), Stefan Berger (Ruhr-Universität Bochum), Temístocles Cezar (Univ. de Rio Grande do Sul), Valdeir Araujo (Univ. Federal de Ouro Preto)

Título | Title
Historiografia, Cultura e Política na Época do Visconde de Santarém (1791-1856)

Organização | Organisation
Daniel Estudante Protásio

Editor | Editor
Daniel Estudante Protásio

Assistente de edição | Editorial assistant
Carolina Rufino

Revisão editorial | Copy-editing
André Morgado e Carolina Rufino

Revisão ortográfica | Proofreading
André Leitão, André Morgado, Carolina Rufino e Martim Aires Horta

Comissão científica deste volume | Scientific board of this publication
Andrea Lisly Gonçalves (Univ. Federal de Ouro Preto), Carmine Cassino (CH-UL), Daniel Ribeiro Alves (Univ. Nova de Lisboa), João Couvaneiro (Univ. Lisboa), Jordi Roca Vernet (Univ. Rovira i Virgili, Tarragona), José Brissos (CH-UL), Fátima Sá e Melo Ferreira (ISCTE-IUL), Maria Manuela Tavares Ribeiro (Univ. de Coimbra), Sérgio Campos Matos (Univ. de Lisboa)

Edição | Publisher
Centro de História da Universidade de Lisboa | 2019

Patrocínio | Sponsorship
Administração do Porto de Lisboa

Concepção gráfica | Graphic design
Bruno Fernandes

Impressão Gráfica | Printing shop
Sersilto – Empresa Gráfica, Lda.

ISBN: 978-989-8068-24-8
Depósito Legal: 463937/19
Tiragem: 150 exemplares

Centro de História da Universidade de Lisboa | *Centre for History of the University of Lisbon*
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa | *School of Arts and Humanities of the University of Lisbon*
Cidade Universitária - Alameda da Universidade, 1600 - 214 LISBOA / PORTUGAL
Tel.: (+351) 21 792 00 00 (Extension: 11610) | Fax: (+351) 21 796 00 63
URL: <http://www.centrodehistoria-flul.com>



Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia, I.P., no âmbito do projecto UID/HIS/04311/2019.
This work is funded by national funds through FCT – Foundation for Science and Technology under project UID/HIS/04311/2019.

This work is licensed under the Creative Commons Attribution-Non Commercial 4.0 International License. To view a copy of this license, visit <http://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/> or send a letter to Creative Commons, PO Box 1866, Mountain View, CA 94042, USA.



ÍNDICE

- 11 DA CONVERGÊNCIA ENTRE HISTORIOGRAFIA, TEORIA DA HISTÓRIA E HISTÓRIA POLÍTICA
Daniel Estudante Protásio

19 I - HISTORIOGRAFIA

- 21 *HISTORIA MAGISTRA VITAE.*
Ensaio sobre a (in)definição do *topos* nos projetos de escrita da história do Brasil no século XIX
Temístocles Cezar
- 47 JOSÉ DA SILVA LISBOA E AS NARRATIVAS DA EMANCIPAÇÃO BRASILEIRA
Valdei Araujo
- 69 O CONCEITO DE *REVOLUÇÃO* NUMA GUERRA DE IDEIAS EM PORTUGAL: Algumas notas sobre linguagem e política (1820-1834)
Ricardo de Brito
- 97 DA NECESSIDADE DE UM *DICIONÁRIO CRÍTICO DO TEMPO DE D. MIGUEL (1828-1834)*
Armando Malheiro da Silva e Daniel Estudante Protásio

121 II - CULTURA

- 123 UMA FAMÍLIA DE PODER E CULTURA.
Em torno do *Retrato da Família do 1.º Visconde de Santarém*, de Domingos Sequeira
Alexandra Gomes Markl
- 139 UMA DEVOÇÃO DO MIGUELISMO:
Nossa Senhora da Rocha de Carnaxide
Fátima Sá e Melo Ferreira

155 III - POLÍTICA

- 157 LA "PENINSULA DAS HESPAÑHAS" Y LOS LEGITIMISMOS:
La última función (1828-1840)
Juan Pan-Montojo e Andrés María Vicent
- 183 MODERADOS E ULTRAS NA REGÊNCIA E NO REINADO DE D. MIGUEL
(1828-1834)
Daniel Estudante Protásio
- 235 LOS ÚLTIMOS MESES DE FERNANDO VII A TRAVÉS DE LA
DOCUMENTACIÓN DIPLOMÁTICA PORTUGUESA
Alfonso Bullón de Mendoza y Gómez de Valugera

271 RESUMOS

ABSTRACTS

281 NOTAS BIOGRÁFICAS

286 CRÉDITOS DAS IMAGENS



I - HISTORIOGRAFIA

DA NECESSIDADE DE UM *DICIONÁRIO* CRÍTICO DO TEMPO DE D. MIGUEL (1828-1834)

Armando Malheiro da Silva

Universidade do Porto, Faculdade de Letras

Daniel Estudante Protásio

Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Centro de História
Universidade de Coimbra, CEIS20

Objectivos e metodologias

O presente projecto deseja ser um espaço de confluência de contributos individuais e de unidades de I&D que se dediquem a estas temáticas, numa perspectiva global, transdisciplinar e comparativa. Para tal, terá necessariamente de constituir o resultado do esforço colectivo de autores consagrados, investigadores qualificados e de interessados em tais matérias. Em suma, de todos os que demonstrem conhecimento de causa, uso de metodologia apropriada e disponibilidade para sujeitarem os seus textos a um sistema de arbitragem científica anónima.

Do ponto de vista tecnológico, adoptará uma estrutura pluritemática e onomástica, semelhante à existente no *Dicionário de Historiadores Portugueses* (<http://>

dichp.bnportugal.pt/index.htm), com uma equipa responsável multidisciplinar e arbitragem científica de verbetes (em autoria ou co-autoria).

Organização

São contempladas várias classes de verbetes:

1. Biografias intelectuais e políticas:

Numa primeira fase, serão seleccionados cerca de 200 actores políticos portugueses e 150 estrangeiros daquela época (1828-1834), em função das linhas de força do respectivo pensamento ideológico, histórico e cultural.

2. Análise contextual (quantitativo-qualitativa):

Organizar um conjunto de informações estatísticas que permita identificar e aprofundar o conhecimento das várias comunidades contra-revolucionárias e inerentes redes de comunicação e partilha de ideias, tanto nacionais quanto transnacionais.

3. Entradas temáticas (estruturadas em seis eixos):

a) Definir principais conceitos: contra-revolução, tradicionalismo, legitimismo, miguelismo, revolução, liberalismo, conservadorismo, facções e partidos.

b) Fornecer visões de conjunto sobre áreas e temas da contra-revolução portuguesa: sublevações, conspirações, levantamentos militares, redes de sociabilidade, autores, diplomacia, governação, polémicas e escolas de pensamento.

c) Explorar instrumentos de trabalho: fontes, bibliografias, guias bibliográficos, guias documentais, arquivos e epistolários.

d) Identificar correntes ideológicas: ultra-realistas e isolacionistas, moderados e internacionalistas, e de difícil classificação. Esta tipificação resulta de um estudo prévio, já validado cientificamente, no qual foram tidos em conta quer os conceitos utilizados então, quer a sua filtragem por ensinamentos de recentes estudos metodológicos da história conceptual: “ultra-realistas”, “partidos”, “facções”, entre outros.¹ Os temas subjacentes a esta tipificação, fracturantes, são, por exemplo, o da reunião das Cortes tradicionais de 1828, o do restabelecimento de relações externas formais e o das perseguições políticas e judiciais a estrangeiros e liberais.

1 Ver “Moderados e ultras na regência e no reinado de D. Miguel (1828-1834)”, editado no presente volume.

e) Aplicar critérios específicos de análise temática: dimensão socioeconómica, criminalidade/bandoleirismo, miguelismo popular, doutrina e propaganda contra-revolucionária, defesa da religião, combate à maçonaria, crítica à constituição, legitimidade de D. Miguel, “mito” de D. Miguel; dimensão sociocultural, literatura, iconografia e música.²

f) Factos: identificar e interpretar o significado dos principais acontecimentos deste tempo, como a chegada de D. Miguel a Lisboa, os actos sob a regência, a reunião das Cortes tradicionais, a Questão Roussin, entre outros.

g) Leituras: indicar correntes historiográficas e principais historiadores e divulgadores históricos com artigos na imprensa, entradas em enciclopédias, autoria de histórias de Portugal e de obras específicas sobre estas matérias e esta conjuntura.

4. Instituições:

Governos, Exército, Marinha de Guerra, milícias, universidade, academias e tipografias.

5. Periódicos:

Principais órgãos especializados e não especializados.³

Trata-se de um instrumento organizativo essencial para dar ordem e sentido ao levantamento das fontes manuscritas e impressas que fomos desenvolvendo. Cabe, aqui, explicitar que nenhuma plataforma digital, nomeadamente o portal previsto, adquire pertinência se não houver “matéria-prima” acumulada que alimente o repositório e a base de dados (BD). É imprescindível o trabalho heurístico das fontes, das que se podem localizar, não importa onde. Estamos conscientes de que este é um esforço inicial, raro, mas necessário, para que a informação de todo o tipo, respeitante aos anos de 1828 a 1834, possa ser acedida *online*, a partir de uma base digital devidamente normalizada e amigável no acesso. A ausência de um portal dedicado à informação respeitante ao tempo de D. Miguel justifica, só por si, este contributo e obriga a que ponhamos “à vista de todos” a heurística já elaborada, como se fará com o levantamento de fontes e com o estudo de caso apresentado mais adiante.

2 Silva 1993, 583.

3 Ver Conefrey 1999.

Definição de dicionarismo crítico

Trata-se de uma forma de organizar, seleccionar e interconectar informação sobre um determinado período histórico, utilizando o modelo clássico de Furet e Ozouf:

Esta obra não é uma enciclopédia e nem sequer um dicionário no sentido clássico da palavra. Não pretende percorrer o alfabeto para dar conta da imensidade do texto revolucionário . . . mais infiel à forma estrita dos dicionários por reagrupar os seus artigos, que se constituem em ensaios curtos, em cinco grandes partes, para maior facilidade de referência.⁴

As cinco classes de verbetes sugeridos anteriormente coincidem, em certa medida, com as “grandes partes” sugeridas por Furet e Ozouf.⁵

Quadro 1

Comparação entre Furet e Ozouf e a proposta actual

Furet e Ozouf	Exemplos	Proposta actual	Exemplos
Acontecimentos		Entradas temáticas – factos	Chegada de D. Miguel, os actos sob a regência, a reunião das Cortes tradicionais
Personagens		Biografias intelectuais e políticas	Duque de Cadaval, António Ribeiro Saraiva e visconde de Santarém
Instituições e criações	Sufrágio, departamento, código civil	Instituições	Governos, Exército, Marinha de Guerra
Ideias	Revolução, Antigo Regime, feudalidade, aristocracia	Entradas temáticas – conceitos	Contra-revolução, tradicionalismo, legitimismo, miguelismo
Intérpretes e historiadores		Entradas temáticas – leituras	Republicanos, integralistas, sob o Estado Novo, pós-1974

4 Furet et Ozouf 1989, VIII.
5 Furet et Ozouf 1989, V e VIII-X.

Mudança de paradigma – do custodial ao pós-custodial e ao acesso livre *online*

As características essenciais do projecto que apresentamos apontam claramente num sentido de acesso, o mais amplo e livre possível, às fontes necessárias ao estudo de uma determinada temática. Diremos mesmo irrestrito, num momento futuro.⁶ Se esta ideia pode parecer polémica, não deixa de constituir uma das premissas fulcrais das boas práticas de acesso permanente à documentação impressa e manuscrita. Se existem diferentes formas de posse documental,⁷ todas aceitáveis à luz da lei, já o silenciamento e *carácter sigiloso* de determinadas fontes de conhecimento histórico só podem, em nosso entender, servir o desconhecimento, extravio e destruição documentais.

Durante mais de dois séculos, surgiram os “lugares da memória”, como os denominou Pierre Nora,⁸ nomeadamente arquivos e bibliotecas. Constituem, em si, uma inovação importante, porque a memória nacional, traduzida em acervo bibliográfico e documental, passou a estar concentrada em instituições e serviços criados e financiados directa e exclusivamente pelo Estado-nação. Mas também, cedo, os arquivos e as bibliotecas se tornaram reféns de um paradigma custodial, historicista, patrimonialista e tecnicista, protagonizado pelo funcionalismo correlativo. Um paradigma orientado para a guarda dos documentos como bens únicos e preciosos, para tratamento descritivo, mais centrado no instrumento inventário do que no catálogo, e muito pouco na elaboração de índices ideográficos e onomásticos; conduzindo ao isolamento arquivístico, face a um público mais alargado, disperso por níveis de ensino abaixo do nível graduado e pós-graduado. O recurso restrito ou intensificado às tecnologias de informação e comunicação (TIC) constitui, por si só, uma mudança ou, pelo menos, uma inevitável transição de paradigma, com a valorização da informação indexada e reproduzida integralmente, e do acesso *online*, no centro dessa evolução.

6 Embora regularizado mediante acordo escrito das partes envolvidas.

7 Coleções e acervos particulares (individuais e familiares), e públicos (municipais, distritais e centrais).

8 Nora 1984-1992.

O que aqui nos move é uma ideia abraçada fora dos “lugares da memória”, mas que se articula e harmoniza com a missão que esses espaços institucionais e funcionais possuem: dar visibilidade máxima a uma documentação vasta, até hoje dispersa e mais ou menos na sombra. O propósito é recorrer a plataformas digitais que ajudem a concretizar um desiderato moderadamente ambicioso e urgente. Um objectivo que aparece cada vez mais associado à expressão “humanidades digitais”, que, em termos genéricos, engloba o conjunto de pesquisas e experiências que visam facilitar a utilização dos recursos digitais no âmbito das ciências sociais e humanas, tornando-as mais intuitivas e acessíveis. Para os signatários do *Manifesto*, é uma “transdisciplina portadora dos métodos, dos dispositivos e das perspectivas heurísticas ligadas ao digital no domínio das ciências humanas e sociais”.⁹

Não cabe aqui discutir a validade epistemológica desta proposta, lançada, segundo Kirschenbaum e Fitzpatrick,¹⁰ em 2004, na obra *A Companion to Digital Humanities*. Mas a experiência acumulada, que um dos autores possui na área da ciência da informação (CI), permite reduzir as humanidades digitais ao que efectivamente vem ocorrendo no campo das ciências sociais e humanas, e em todos os campos da actividade científica e sectores culturais. A saber: a adopção instrumental ou operatória das “ferramentas digitais” com vista a tornar a pesquisa e a edição de resultados mais completas, eficazes e impactantes, tanto na comunidade especializada, como num público mais alargado. Isto vem sendo feito já há muito tempo, e a criação de uma transdisciplina representa um esforço académico exagerado e contraproducente, porque a CI, enquanto ciência social aplicada, responde cabalmente à produção não apenas de BD, mas também de índices e de plataformas de edição, que possibilitam, através da digitalização planificada e sistemática de fontes, o seu tratamento para um acesso *online* e hipertextual.

Na vertente do actual projecto, mais do que às humanidades digitais, recorre-se, no plano infocomunicacional, aos contributos vários e consolidados da CI.

Ao optar-se por uma estrutura de conteúdos como a exposta atrás, a implicação tecnológica é a de que estamos perante uma **BD**, com os campos

9 *Manifeste des Digital Humanities*, apud Guerreiro e Borbinha 2014.

<https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/cadernos/article/view/1060/pdf> [acesso 24.03.2019].

10 Kirschenbaum 2012; Fitzpatrick 2012.

necessários à cobertura da temática e aos cruzamentos relacionais facilitadores da pesquisa. É certo que hoje e, em especial, depois do surgimento e consolidação da Wikipédia, e do desenvolvimento da solução *wiki*, a tendência para tornar os conteúdos rapidamente acessíveis *online* e de forma assaz sugestiva segue por esta via e menos pelas BD.

Uma **wiki** significa um tipo específico de colecção de documentos em hipertexto ou o *software* colaborativo que o cria e que permite a edição colectiva dos documentos, usando um sistema que dispensa que o conteúdo seja revisto, por pares qualificados, nas temáticas abordadas, antes da sua publicação.

Por **hipertexto** entende-se um texto ao qual se agregam outros conjuntos de informação na forma de blocos de textos, palavras, imagens ou sons, cujo acesso se dá através de referências específicas, denominadas, no meio digital, **hiperligações**. Estas hiperligações ocorrem na forma de termos destacados, no corpo de texto principal, ícones gráficos ou imagens. Têm a função de interconectar os diversos conjuntos de informação, oferecendo acesso, sob pedido, às informações que estendem ou complementam o texto principal.

A **base de dados (ou banco)** é um conjunto de arquivos relacionados entre si, com registos sobre pessoas, lugares ou objectos. São colecções organizadas de dados que se relacionam de forma a criar algum sentido (informação) e a conceder mais eficiência durante uma pesquisa ou estudo. São de vital importância para empresas, que, desde há duas décadas, se tornaram a principal peça dos sistemas de informação. Normalmente, existem por vários anos sem alterações na sua estrutura. Na década de 80, a tecnologia de SGBD (sistema gerenciador de base de dados) relacional passou a dominar o mercado e, actualmente, utiliza-se de forma quase exclusiva.

Levantamento de fontes

A premissa inicial aqui assumida é que, apesar das bases para tal síntese estarem lançadas, **a história de D. Miguel, regente e rei (1828-1834), permanece por escrever**. Nos anos 70 a 90 do século passado, foram realizados estudos essenciais sobre figuras contra-revolucionárias, como Gama e Castro (por Luís Reis Torgal); as opções ideológicas da nobreza titulada em 1828 (Maria Alexandre Lousada); as construções ideológicas, historiográficas e mitológicas do miguelismo, a retrospectiva e os subsídios bibliográficos do miguelismo na história contemporânea de Portugal (Armando Malheiro da Silva); as errâncias miguelistas de 1834-1843 (Maria Teresa Mónica); a insurreição miguelista contra o cabralismo de 1842 a 1847 (José Brissos); e o levantamento dos jornais, séries e periódicos portugueses, tanto liberais quanto miguelistas, entre 1826 e 1834 (Joseph Conefrey). Trabalhos mais recentes, de Maria Alexandre Lousada e Fátima Sá e Melo Ferreira, dedicados a questões políticas, diplomáticas e ideológicas, assim como a biografia de D. Miguel, sobre o miguelismo *per se* e em ligação com o carlismo (inclusive por Alfonso Bullón de Mendoza y Gómez de Valugera), são enriquecedores, estruturantes e incontornáveis.¹¹ Porém, depois de António Ferrão ter publicado, em 1940, um virulento *Reinado de D. Miguel*, reduzido a um volume,¹² pouco tem sido sistematizado, de forma abrangente, sobre os anos de 1828 e 1834, relativamente a um tempo ainda hoje envolto em polémica.

No caso presente, ter-se-á em conta a **epistolografia**, uma fonte documental que consideramos de especial importância para o estudo do tempo de D. Miguel. Existem vários volumes em que a correspondência diplomática miguelista é reproduzida: pelo visconde de Borges de Castro, pelo barão de São Clemente, por António Viana e por Francisco José da Rocha Martins. Porém, dela não é extraída a informação mais essencial: a dos jogos de poder e de bastidores da política, dos alinhamentos pessoais e familiares, das alianças e desavenças, das aproximações e rupturas, dos conflitos estratégicos e ideológicos; enfim,

11 Torgal 1973; Lousada 1987; Silva 1993a; 1993b; Mónica 1997; Brissos 1997; Conefrey 1999; Valuguera 1999; Ferreira 2002, Lousada et Ferreira 2006; 2014.

12 Ferrão 1940.

dos posicionamentos no espectro de moderados e ultras. Apenas organizando o conhecimento que podemos obter dessa correspondência, sobre actores públicos e agentes de mudança e de reacção, conseguiremos romper um certo círculo vicioso de afirmações genéricas e teóricas sobre estes anos de 1828 a 1834, pois não se conhece, estruturadamente, o discurso e as considerações de tantos interlocutores epistolares. Isto é, com base documental e **em contexto cronológico especificamente identificado**.

Nas fontes epistolares consideradas, temos a **édita**, mas também a **inédita**. Começemos por analisar quantitativamente aquela. Como tantas vezes sucede, constitui tanto uma bênção quanto uma maldição estar publicada a correspondência de uma determinada figura. Isso é evidente no caso dos cinco volumes do visconde de Santarém dedicados à política e à diplomacia, sob a coordenação de Rocha Martins. A ausência de um índice remissivo temático e onomástico; a acumulação de apêndices documentais; a falta de um critério editorial claro, incluindo materiais da mais diversa proveniência e natureza, torna extremamente confuso o labor investigativo. O ponto de vista do visconde de Santarém, enquanto ministro efectivo dos Negócios Estrangeiros (MNE) de D. Miguel, entre Março de 1828 e Abril de 1834,¹³ corre, para além disso, o risco de ser sobrevalorizado, por a quantidade de material disponível nesses cinco livros ser imensa e caótica. Tanto quanto sabemos, os outros titulares de pastas ministeriais sob D. Miguel não têm correspondência ou documentação publicada. Pode, por isso, **ficar-se com a visão errónea de que o visconde foi uma figura central naquele período**, não pela sua perspicácia ideológica ou estratégica, mas pela desproporção imensa de páginas impressas. Porém, essa contingência, essa abundância documental e bibliográfica, não deverá ser ignorada nem menorizada. Caso contrário, perder-se-á informação em fase de sistematização e esquecer-se-á uma personalidade que traz, para a cena política do tempo de D. Miguel, formas de estar institucionais e ideológicas que simbolizam um posicionamento coerente e influenciador. **Se uma árvore não faz a floresta, não deixa de a representar parcialmente nem de a integrar.**

13 Protásio 2018, 370-372.

Assim sendo e dada a dispersão e desorganização da documentação epistolar diplomática, quais os critérios a adoptar no seu estudo, enquanto uma das estruturas do Estado contra-revolucionário então restaurado? Propomos, assim:

- 1 – Divisão entre **correspondência enviada e recebida**;
- 2 – Organização de correspondência para **legações oficiais ou oficiosas** nas várias capitais europeias em que existiam representantes diplomáticos, para-diplomáticos e **consulares** ao serviço do regime;
- 3 – Idem para **representantes oficiais e oficiosos estrangeiros em Portugal, tanto do corpo diplomático quanto do consular**, distinguidos dos enviados especiais em momentos isolados;¹⁴
- 4 – Idem para **correspondência interna, para o rei, outros ministros**, intendentess-gerais da polícia e magistrados judiciais superiores;
- 5 – **Documentação interna diversa**: várias minutas de reuniões do Conselho de Estado, do Conselho de Ministros, de conferências com dignitários estrangeiros; memórias históricas e políticas do MNE; manifestos e artigos na *Gazeta de Lisboa*; relatórios de espionagem no estrangeiro;
- 6 – Correspondência e documentação **não produzidas pelo regime**, mas enriquecedoras: como as de diplomatas estrangeiros para os seus ministros; dos diplomatas liberais portugueses entre si e com os respectivos ministros; bem como os discursos nas câmaras inglesas a propósito da questão portuguesa.

Imagine-se o universo de um conjunto de volumes publicados, isto é, de fontes impressas, tão confuso que esteja desprovido de simples divisões internas; o trabalho colossal de seriar, por datas e natureza dos ofícios,¹⁵ mais de seis anos de correspondência do MNE de D. Miguel; e a necessidade de confrontar tal informação com o que outros editores publicaram. Se encararmos o conjunto dos cinco volumes editados por Rocha Martins com os quatro que o barão de São

14 É bom não esquecer que apenas três Estados tinham representantes diplomáticos em Portugal no reinado de D. Miguel. Já a representação consular era muito maior, inclusive britânica, francesa e brasileira.

15 Ostensivos, reservados, confidenciais, particulares e circulares.

Clemente imprimiu nos *Documentos para a História das Cortes Gerais*,¹⁶ podemos ter ideia de quão difícil se torna estabelecer um mínimo de ordem. Tal organização, naturalmente, é indispensável para se perceberem os assuntos internos e externos, de ordem diplomática, política, ideológica, militar, judicial, policial, propagandística e dinástica contidos nessa documentação. A análise heurística e a interpretação hermenêutica constituem duas faces da mesma moeda. Se se quiser confirmar ou infirmar a ideia que ainda hoje temos da governação de D. Miguel, **como fazê-lo sem consultar as fontes?**

Quadro 2

Correspondência entre o visconde de Santarém e as legações portuguesas

Emissor	Destinatário	Estado das missivas	Publicadas por Rocha Martins (RM)
Visconde de Santarém	13 legações portuguesas	903 publicadas	901 (99,78 %)
13 legações portuguesas	Visconde de Santarém	633 publicadas	453 (71,56 %)
Subtotal		1536 publicadas	38,25 % em 3984 identificadas
Visconde de Santarém	5 legações portuguesas ¹⁷	828 inéditas	675 (55,08 %)
5 legações portuguesas	Visconde de Santarém	1620 inéditas	305 (19,25 %)
Subtotal		2448 inéditas	61,75 % em 3984 identificadas
Total missivas		1536 publicadas (RM), 2448 inéditas	3984 (100 %)

Já o próprio visconde de Santarém, na década de 1850, afirmava taxativamente, enquanto historiador da diplomacia portuguesa, que apenas fazia sentido a publicação integral de uma **peça documental produzida por um agente diplomático português** quando precedida e sucedida pelas redigidas

16 Clemente 1888-1891, V-VIII. Felizmente que Rocha Martins inclui, salvo erro, toda a correspondência do e para o visconde de Santarém editada nos dois primeiros volumes de Viana 1891-1894, tornando, assim, desnecessária uma confrontação, peça a peça, dos documentos manuscritos a inventariar.

17 Por uma questão de economia de esforço, foram escolhidas, das 13 legações, 5 em relação às quais era certo existir documentação inédita: Londres e Madrid (as principais, em termos político-diplomáticos e estatísticos), mas também Viena, Copenhaga e Washington.

pelo interlocutor estrangeiro.¹⁸ O mesmo sucede com as **respostas das diversas legações portuguesas no estrangeiro** com as quais o MNE de D. Miguel se correspondia. São reflexos de personalidades diferentes, complementares. Contextualizam os momentos históricos, evidenciam as situações dos Estados e das sociedades com os quais o reino português desejava restabelecer relações formais e as causas para que tal tenha, ou não, sucedido.

Por outro lado, há mais de uma década que Pedro O'Neill Teixeira¹⁹ consultou documentação miguelista existente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, chamando a atenção para os arquivos das legações estrangeiras em Portugal e para a correspondência trocada entre os ministérios portugueses dos Negócios Estrangeiros e da Justiça. Este último é um aspecto da questão a valorizar: o da **epistolografia institucional**.

Consideramos tratar-se de um campo analítico essencial para o entendimento das estruturas da restauração de uma determinada interpretação do Estado absoluto. Nomeadamente com a restauração das Cortes ditas tradicionais, da censura à imprensa e aos livros, da depuração da Universidade de Coimbra, do funcionalismo régio, do Exército e da Armada de Guerra. **Torna-se quase impossível compreender o tempo de D. Miguel sem se entender o factor humano e os percursos individuais e grupais** de quem adere ao poder político vigente e de quem é expulso ou reprimido por ele, bem como as causas por detrás de tais ocorrências e o *modus operandi* institucional aplicado.²⁰ Porque se existem jogos de facções e lutas de poder, eles são exercidos em alinhamentos e conflitos institucionais, interministeriais, entre os oficiais-generais das forças militares terrestres e navais, o corpo diplomático oficial e oficioso, os magistrados superiores e os conselheiros de Estado. A **epistolografia institucional**, em conjugação com a **produção documental de suporte**, uma vez estudada e analisada de forma quantitativa e qualitativa, permitirá ultrapassar a fase actual de teorizações sobre o poder absoluto sob D. Miguel, muitas vezes **sem conexão com uma sólida base documental, verificável, acessível e validável**. Para procurar provar esta

18 Martins VII 1919, 264-265.

19 Teixeira 2004.

20 Isto é, a forma como os ministérios dos Negócios Estrangeiros, do Reino, da Justiça, da Marinha e da Guerra actuavam isoladamente e em rede.

asserção, ter-se-á em conta, de forma sucinta, o que apurou um **levantamento prévio de epistolografia diplomática inédita**, já realizado – e como esta permite erguer a ponta do véu da sociedade portuguesa dos anos de 1828 a 1834.

A importância da documentação epistolar inédita: um estudo de caso

A nível científico, **qual a utilidade dos documentos inéditos?** Qual o seu valor histórico? Podem, de facto, trazer mais-valias ao conhecimento? Vejamos alguma teorização sobre o assunto, seguida de exemplos concretos.

Partimos, aqui, do ponto de vista de que a documentação publicada não possui valor facial intrínseco sem a inédita e vice-versa; são desprovidas, quando isoladas, de valor absoluto. E de que uma epístola, carta, missiva e ofício diplomático, aqui encarados como conceitos sinónimos,²¹ são documentos suficientemente abundantes, no que diz respeito ao período de 1828-1834, para neles percebermos o carácter sistemático e organizado de quem a envia e classifica; de quem se limita a redigir meros boletins informativos (como o visconde de Canelas, destacado para Haia); ou de quem elabora relatórios detalhados e se dá ao trabalho de copiar, em cada ofício, um exemplar do anterior, para, dessa forma, diminuir a probabilidade de se perder alguma missiva (como, em Washington, Jacob Frederico Torlade Pereira de Azambuja).

Apesar de destacar para cinco novas chefias de missão outros tantos titulares aristocráticos,²² alguns dos quais seus parentes,²³ o visconde de Santarém acaba por ter de lidar com o facto de muitos deles não serem dotados daquele carácter minucioso que um ministro plenipotenciário e embaixador extraordinário (ou secretário de legação) deveria ter, na numeração, categorização e datação inequívocas dos ofícios. Não é por acaso que são homens provenientes do comércio

21 Sobre o valor e a natureza da epistolografia, ver Buescu 2003, 89 et seq. e sobretudo Rocha 1985, 9-35.

22 Foram eles: o marquês do Lavradio, os condes da Ponte e da Figueira, e os viscondes de Asseca e de Canelas. Aos quais se juntam dois titulares que transitam de épocas anteriores, o conde de Oriola e o barão de Vila Seca (este durante alguns meses, em 1828), em Berlim e Viena. Num total de sete chefes de missão aristocratas titulares em 13 legações.

23 Condes da Ponte e da Figueira e visconde de Asseca.

e/ou do jornalismo e panfletismo políticos²⁴ quem, por vezes, nos fornece uma visão continuada, amarga, mas verosímil, da realidade político-diplomática dos assuntos portugueses e do país para onde foram designados. Noutra ocasião, falaremos melhor de todas essas figuras, pois infelizmente não abundam as missivas localizadas de muitas delas. Debrucemo-nos, entretanto, sobre o que por agora conhecemos, a nível quantitativo.

Sabemos, por exemplo, que nos Reservados da Biblioteca Nacional, no Espólio Rodrigo da Fonseca, existem **quase 60 cartas inéditas**, particulares, do duque de Cadaval, ex-ministro Assistente ao Despacho de D. Miguel entre 1828 e 1831, para o visconde de Santarém, escritas de Janeiro a Julho de 1833.²⁵

E que na mesma instituição, no Espólio/Colecção de António Ribeiro Saraiva,²⁶ estão depositadas **72 cartas por publicar**, dirigidas a Saraiva pelo visconde de Santarém, em 1829-1833.²⁷ Ora, se quisermos entender os alinhamentos ou os antagonismos ideológicos entre Santarém e Cadaval, e entre Cadaval e Saraiva, as fontes fundamentais para tal análise terão de ser os documentos escritos, sobretudo os epistolares – mas não só.

Assim, pelo *Diário de Ribeiro Saraiva* e por alguns dos seus escritos, podemos seguir as narrativas de acontecimentos e as visões críticas que mantinha sobre a actuação do seu superior hierárquico, o visconde de Santarém. Bem como do desejo de o fazer substituir por alguém que fosse próximo do duque de Cadaval, reintegrando-o, ao mesmo tempo, na presidência do executivo de D. Miguel. Deste modo, o *Diário* e as cartas trocadas com Santarém, por um lado, e com Cadaval, por outro, permitem entender melhor as dinâmicas, as redes de sociabilidades e as alianças políticas de Saraiva e do duque.

É de destacar, também, a importância quantitativa da correspondência inédita trocada entre o visconde de Santarém e António Ribeiro Saraiva (**76 documentos**

24 Heliodoro Jacinto de Araújo Carneiro, António Ribeiro Saraiva, Carlos Matias Pereira, José Basílio Rademaker e Jacob Frederico Torlade Pereira de Azambuja.

25 Biblioteca Nacional de Portugal, Reservados, Espólio Rodrigo da Fonseca.

26 É utilizada esta dupla denominação porque Mónica designa, nos seus textos de 1987, 1989 e 1997, por “espólio” o que actualmente (Março de 2019) é referido, nos Reservados da Biblioteca Nacional de Portugal, por “colecção”.

27 Informação a que foi possível aceder inicialmente a partir de um *post* de 2007 no blogue da historiadora e antiga responsável de arquivo, Maria Teresa Mónica: <http://antonioribeirosaraiva.blogspot.pt/search?updated-max=2007-12-05T05:11:00-08:00&max-results=7> [acesso 24.03.2019].

em 186 conhecidos, representando **40,86 %** do total); a sua localização em diversos arquivos;²⁸ a cronologia das trocas de missivas entre Cadaval, Santarém e Saraiva; e respectivas lacunas temporais. Dessa forma, em futuras investigações, será possível saber se um determinado documento é inédito ou publicado, conhecido ou desconhecido e **lê-los por ordem cronológica sequencial**. Algo, até agora, impossível.

Em síntese, quando cruzamos a correspondência trocada pelo duque de Cadaval com várias figuras-chave do reinado – o rei, D. Miguel (enviadas), António Ribeiro Saraiva (enviadas e recebidas), e o visconde de Santarém (enviadas) – percebemos o carácter inédito de **96,75 %** desse acervo documental do duque,²⁹ conforme o Quadro 3. Pela leitura atenta dessa amostragem, torna-se exequível entender o pensamento político de Cadaval nas suas próprias palavras e conceitos,³⁰ quando confrontado com o que sobre ele escreveram terceiros.³¹

28 Sobre tudo, Arquivo Nacional da Torre do Tombo e Reservados da Biblioteca Nacional.

29 Conta com 123 cartas (120 enviadas e três recebidas). Apenas quatro das enviadas e todas as recebidas estão publicadas (**3,25 % do total**).

30 Sendo que a correspondência de Cadaval para D. Miguel é sobretudo de carácter administrativo e muito pouco opinativa, o que não sucede na restante.

31 Em memórias políticas, o visconde; Ribeiro Saraiva, no seu *Diário*; e, no respectivo elogio fúnebre, D. Francisco Alexandre Lobo (Santarém 1827; Lobo 1837; Saraiva 1915).

Quadro 3

Correspondência Cadaval-Santarém-Saraiva-D. Miguel

Fontes	BNP ³²		BNP ³³ , RM ³⁴	RM, CCL ³⁵	ANTT ³⁶	RM	Total
	Cadaval - VS	VS - Cadaval	Cadaval - ARS	ARS - Cadaval	Cadaval - D. Miguel	VS - D. Miguel	
1828	0	0	0	0	0	8	8
1829	0	0	23 (inéditas)	0	5 (inéditas)	9	37
1830	2 (inéditas)	0	11 (inéditas)	0	11 (inéditas)	24	48
1831	0	0	0	0	0	0	0
1832	0	0	0	0	0	13	13
1833	64 (3 RM)	0	1 (RM)	3	0	1	69
1834	0	0	0	0	0	0	0
Subtotais	63/66	0	34/35	3	16/16	55	113/175
Totais gerais	Publicadas: 35,43 %	62 (3+1+3+55)	Inéditas: 64,57 %	113 (63+34+16)			175

Roteiros documentais

Na década de 1980, Oliveira Marques, Joel Serrão, Miriam Halpern Pereira e Maria José da Silva Leal organizaram guias de história da I República e de fontes da história contemporânea.³⁷ São ferramentas muito úteis, embora já um pouco ultrapassadas, dada a edição, na década seguinte, de guias específicos por parte do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Tomemos um exemplo, *Os Documentos dos Negócios Estrangeiros na Torre do Tombo*, de 1990.³⁸ Traz benefícios cruciais o facto de a documentação ainda estar, neste caso específico, organizada pelos livros

32 Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), Reservados, Espólio Rodrigo da Fonseca (59 cartas de 1833) e Coleção António Ribeiro Saraiva (restantes quatro cartas).

33 BNP Reservados, Coleção António Ribeiro Saraiva.

34 Rocha Martins 1918 I-V.

35 *Crónica Constitucional de Lisboa* (CCL), 1833.

36 ANTT, MR, Macete 999, Caixa 1122.

37 Marques 1981; *Roteiro de fontes...* 1984-1985.

38 Farinha 1990.

originais de expediente de correspondência. A sequência numérica de ofícios acentua mais a desorganização da *Correspondência* coordenada por José Francisco da Rocha Martins, na qual a ausência de divisões geográficas, por legações, dificulta o rastreio dos despachos enviados e recebidos.³⁹ Ao contrário do que sucede na Coleção António Ribeiro Saraiva, em relação à qual (com naturais e lógicas excepções) as caixas não apresentam numeração interna e os emissários por vezes se confundem; nos livros da Torre do Tombo, é possível corrigir o que Rocha Martins compilou e detectar facilmente dezenas de ofícios inéditos, alguns esparsos, outros sequenciais.

Por outro lado, temos, desde 1993-1994, um exaustivo levantamento das fontes de toda a espécie, por parte de Armando Malheiro da Silva, em *O Miguelismo na História Contemporânea de Portugal*. Compilando mais de 1100 itens, divididos em áreas temáticas claramente delimitadas, constitui uma ferramenta de trabalho e um estado da arte ideais para a elaboração do *Dicionário Crítico do Tempo de D. Miguel (1828-1834)*, aqui proposto. Iniciando com uma “Retrospectiva e subsídios bibliográficos” problematizante e aprofundada, complementa o trabalho de 1989 do mesmo autor, com o sugestivo e consequente título *Ideologia e Mito no Miguelismo: Subsídios para o Estudo da Contra-Revolução no Portugal Oitocentista*. Editado como *Miguelismo: Ideologia e Mito*,⁴⁰ representa um ponto de partida documentado e útil para a transposição da investigação, sobre o tempo de D. Miguel, do papel impresso para os universos da CI e das humanidades digitais; e de transmissão de intervenções conhecedoras, mas isoladas e descontinuas, para uma plataforma *online*, acessível a partir de qualquer ponto do planeta, 24 horas por dia.

39 Mas, sobretudo, em Rocha Martins, a numeração dos ofícios está ocasionalmente trocada e, pior do que isso, errada ou não é transcrita.

40 Silva 1993a; Silva 1994.

Da importância crescente, enquanto ferramentas epistemológicas, dos dicionários *online*

No momento actual, em que estas linhas são escritas,⁴¹ é anunciado um novo dicionário *online* sobre museólogos (séculos XVIII-XX).⁴² Está disponível a versão 1.0 de uma enciclopédia internacional sobre a Grande Guerra (1914-1918).⁴³ Desde 2011 que o *Dicionário de Historiadores Portugueses* é uma realidade insofismável, consultável no *site* da Biblioteca Nacional de Portugal. Neste contexto, o *Dicionário Crítico do Tempo de D. Miguel (1828-1834)* constitui, por um lado, um projecto cientificamente exequível, desde que garantidas constantes melhorias ao nível organizativo e conceptual, e logo que preparado um pedido formal de submissão a apoios institucionais.

Por outro, trata-se de uma ferramenta epistemológica essencial para todos os que, de há décadas a esta parte ou num passado recente, estudam o último reinado do Antigo Regime português. De uma forma isolada e, apesar dos seus capacitados esforços, inconsequente.

Há, assim, que tomar passos, a médio e longo prazo, para concretizar, reformular e validar o presente projecto, face às novas realidades com que se vai deparando. Para tal, é necessário:

- Alargar o escopo de investigadores especializados nas temáticas deste projecto, de forma a obter novos recursos, maiores conhecimentos documentais e melhores *inputs* científico-metodológicos;
- Continuar a explorar todos os arquivos e colecções, físicos e virtuais, que permitam ter acesso a documentação, epistolar e institucional, dos anos de governação de D. Miguel;
- Analisar o respectivo conteúdo em textos que possibilitem traçar os perfis políticos e ideológicos, individuais, comparativos e/ou colectivos das principais figuras envolvidas, nacionais e estrangeiras;

41 Março de 2019.

42 <https://nomundodosmuseus.hypotheses.org/8675> [acesso 24.03.2019].

43 <https://encyclopedia.1914-1918-online.net/home/> [acesso 24.03.2019].

- Organizar, *online*, as listagens da correspondência publicada e inédita, por ordem cronológica, geográfica e de emissor e receptor (começando pela diplomática e governativa); para, mais tarde, ser constituído um repositório documental;
- Publicar textos e esquemas gráficos que expliquem as sociabilidades políticas e os alinhamentos ideológicos no seio do miguelismo.

Há, sobretudo, que não ter medo de fazer ciência: isto é, experimentar, arriscar, errar e modificar.

BIBLIOGRAFIA

Fontes manuscritas

1. Arquivo Nacional da Torre do Tombo

1.1. Fundo Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE)

Correspondência enviada pelo visconde de Santarém. Livros 572, 580 e 15 (para Londres); 581 e 603 (para Madrid); 631 (para Viena); 159 (para Washington); 62 (para Copenhaga).

Correspondência recebida pelo visconde de Santarém. Caixas 754 e 755 (de Londres); 668-671 (de Madrid); 532 (de Viena); 553-554 (de Washington); 549 (de Copenhaga).

1.2. Ministério do Reino (MR)

Correspondência enviada pelo duque de Cadaval a D. Miguel. Macete 999, Caixa 1122.

2. Biblioteca Nacional de Portugal (BNP). Reservados

Correspondência enviada pelo duque de Cadaval ao visconde de Santarém. Espólio Rodrigo da Fonseca.

Correspondência enviada pelo visconde de Santarém para Londres. Coleção António Ribeiro Saraiva. Caixas 100-II, 111-I e 111-II.

3. Coleção Visconde de Santarém

Santarém, Visconde de. 1833. *Ponderação sobre os Segundos Quesitos do Relatório do Duque*.

Fontes impressas

Castro, Visconde de Borges de (Castro, José Joaquim Ferreira Borges de). 1857. *Colecção dos Tratados, Convenções, Contratos e Actos Públicos Celebrados entre a Coroa de Portugal e as mais Potências desde 1640 até ao Presente. Compilados, Coordenados e Anotados por...* Vol. VII. Lisboa: Imprensa Nacional, 75-109.

Clemente, Barão de São (SC). 1888-1891. *Documentos para a História das Cortes Gerais da Nação Portuguesa...* Vols. V-VIII. Lisboa: Imprensa Nacional.

Crónica Constitucional de Lisboa (CCL). 1833. Lisboa: Imprensa Régia.

Ferrão, António. 1940. *Reinado de D. Miguel. O Cerco do Porto (1832-1833)*. Lisboa: Comissão de História Militar.

Lobo, D. Francisco Alexandre. 1837. *Resumida Notícia da Vida de D. Nuno Caetano Álvares Pereira de Mello, Sexto Duque de Cadaval*. Paris: Typographie de Casimir.

- Martins, Francisco José Rocha (RM). 1918-1919. *Correspondência do 2.º Visconde de Santarém Coligida, Coordenada e com Anotações de... (da Academia das Ciências de Lisboa). Publicada pelo 3.º Visconde de Santarém*. Vols. I-V e VII. Lisboa: Alfredo Lamas, Motta e Companhia, Editores.
- Saraiva, António Ribeiro. 1915. *Diário de Ribeiro Saraiva (1831-1888)*. Vol. I. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Valugera, Alfonso Bullón de Mendoza y. 1999. “Los Últimos Meses de Fernando VII a través de la Documentación Diplomática Portuguesa.” *Aportes* 40 (XIV):9-30.
- Viana, António. 1891-1894. *Silva Carvalho e o Seu Tempo*. Vols. I-II. Lisboa: Imprensa Nacional.

Bibliografia

- Brissos, José. 1997. *A Insurreição Miguelista nas Resistências a Costa Cabral, 1842-1847*. Lisboa: Colibri.
- Buescu, Maria Leonor Carvalhão. 2003. “Aspectos da Epistolografia de Alcipe.” In *Alcipe e a Sua Época*, coords. Maria Leonor Machado de Sousa, Marion Ehrhardt, et José Esteves Pereira, 89-97. Lisboa: Colibri/Fundação das Casas de Fronteira e Alorna.
- Conefrey, Joseph. 1999. *Jornais, Séries e Periódicos Portugueses 1826-1834 (Desde a Morte de D. João VI à Queda de D. Miguel)*. Lisboa: Parceria.
- Farinha, Maria do Carmo Jasmim Dias. 1990. *Os Documentos dos Negócios Estrangeiros na Torre do Tombo*. Lisboa: Arquivo Nacional da Torre do Tombo.
- Ferreira, Maria de Fátima Sá e Melo. 2002. *Rebeldes e Insubmissos: Resistências Populares ao Liberalismo*. Lisboa: Edições Afrontamento.
- . 2014. “O ‘Terror Miguelista’ Revisitado. Estado, Violência Política e Intervenção Popular no Reinado de D. Miguel.” In *As Raízes Profundas não Gelam? — Ideias e Percursos das Direitas Portuguesas*, coord. Riccardo Marchi, 113-129. Alfragide: Texto Editora.
- Fitzpatrick, Kathleen. 2012. “The Humanities Done Digitally.” In *Debates in the Digital Humanities*, ed. Matthew K. Gold, 12-15. Minneapolis/London: University of Minnesota Press.
- Furet, François, et Mona Ozouf. 1989. *Dicionário Crítico da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Guerreiro, Dália, et José Luís Borbinha. 2014. “Humanidades Digitais: Novos Desafios e Oportunidades.” *Cadernos BAD*. Lisboa (1). ISSN 0007-9421. URL: <https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/cadernos/article/view/1060/pdf> [Acesso: 24.03.2019].
- Kirschenbaum, Matthew. 2012. “What is Digital Humanities and What’s it Doing in English Departments.” In *Debates in the Digital Humanities*, ed. Matthew K. Gold, 3-11. Minneapolis/London: University of Minnesota Press.
- Lousada, Maria Alexandre. 1987. *O Miguelismo (1828-1834): O Discurso Político e o Apoio da Nobreza Titulada*. Provas de aptidão pedagógica e capacidade científica apresentadas na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- , et Maria de Fátima Sá e Melo Ferreira. 2006. *D. Miguel*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- . 2014. “Portugal em Guerra: A Reacção Antiliberal Miguelista no Século XIX.” In *As Raízes Profundas não Gelam? — Ideias e Percursos das Direitas Portuguesas*, coord. Riccardo Marchi, 81-112. Alfragide: Texto Editora.

- Marques, A. H. de Oliveira. 1981. *Guia de História da 1.ª República Portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Mónica, Maria Teresa. 1987. “Correspondência Miguelista: Textos e Personagens, Apresentação, Leitura e Notas de...” *Revista da Biblioteca Nacional*, Série 2, 2 (1):67-92.
- . 1989. “Correspondência Miguelista: Textos e Personagens, Apresentação, Leitura e Notas de...” *Revista da Biblioteca Nacional*, Série 2, 4 (1):65-82.
- . 1997. *Errâncias Miguelistas (1834-1843)*. Lisboa: Edições Cosmos.
- . 2003. “Romantismo Político.” In *Alcipe e a Sua Época*, coords. Maria Leonor Machado de Sousa, Marion Ehrhardt, et José Esteves Pereira, 22-37 Lisboa: Colibri/Fundação das Casas de Fronteira e Alorna.
- Nora, Pierre, dir. 1984-1992. *Les Lieux de Mémoire*. 7 vols. Paris: Gallimard.
- Protásio, Daniel Estudante. 2018. *2.º Visconde de Santarém (1791-1856): Uma Biografia Intelectual e Política*. Lisboa: Chiado Books.
- Rocha, André. 1985. *A Epistolografia em Portugal*. 2.ª ed. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda.
- Roteiro de Fontes de História Contemporânea*. 1984-1985. Coord. Joel Serrão. Dirs. Maria José da Silva Leal, et Miriam Halpern Pereira. 3 vols. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- Schreibman, Susan, Ray Siemens, et John Unsworth, eds. 2004. *A Companion to Digital Humanities*. Malden, Massachusetts: Blackwell Publications.
- Silva, Armando Malheiro da. 1993a. *Miguelismo: Ideologia e Mito*. Coimbra: Minerva.
- . 1993b. “O Miguelismo na História Contemporânea de Portugal: Retrospectiva e Subsídios Bibliográficos.” *Itinerarium* 39:537-647.
- Teixeira, Pedro O'Neill. 2006. *Amigos da Dinamarca. Um Olhar sobre a Vida nas Sociedades Portuguesa e Dinamarquesa do Século XIX*. Lisboa: Tribuna da História.
- Torgal, Luís Reis. 1973. *Tradicionalismo e Contra-Revolução. O Pensamento e a Ação de José da Gama e Castro*. Coimbra: Universidade de Coimbra.

Webgrafia

- Mónica, Maria Teresa. 04.10.2007. “ESPÓLIO RIBEIRO SARAIVA – revisto-caixas-topográfico – Google Docs.” *António Ribeiro Saraiva* (blogue). URL: <http://antonioribeirosaraiva.blogspot.pt/search?updated-max=2007-12-05T05:11:00-08:00&max-results=7>. [Acesso: 24.03.2019.]
- Carvalho, Ana. 19.03.2019. “Contributos para a Museologia Portuguesa: Um Novo Dicionário Online sobre Museólogos, do Século XVIII ao Séc. XX.” *No Mundo dos Museus* (blogue). URL: <https://nomundodosmuseus.hypotheses.org/8675>. [Acesso: 24.03.2019.]
- Janz, Oliver, et Nicolas Apostolopoulos. S.d. *International Encyclopedia of the First World War*. Berlin: Freie Universität Berlin. URL: <https://encyclopedia.1914-1918-online.net/home/>. [Acesso: 24.03.2019.]
- Matos, Sérgio Campos, coord. S.d. *Dicionário de Historiadores Portugueses. Da Academia Real das Ciências ao final do Estado Novo*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa/Biblioteca Nacional de Portugal. URL: <http://dichp.bnportugal.pt/index.htm>. [Acesso: 24.03.2019.]

CRÉDITOS DAS IMAGENS

Capa

Detalhe da representação da *Divina Comédia*, de Dante Alighieri. Almada Negreiros, 1961. Pórtico da entrada da Faculdade de Letras. Arte parietal, gravuras incisas coloridas sobre parede revestida a cantaria de calcário, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Fotografia de Armando Norte.

Frontispício

2.º Visconde de Santarém (M.M. inv. n.º 05273), por Pedro Cruz. Propriedade do Museu de Marinha. Direitos de imagem adquiridos por Daniel Estudante Protásio e cedidos para a presente edição.

Contracapa

2.º Visconde de Santarém em 1821, retratado por Bouchardy. Imagem reproduzida em litografia de J. Vilas Boas na obra de Pedro António José dos Santos, *Retratos dos Homens Ilustres, que por Ciência, Política e Artes Sobressaíram em Portugal durante o Século XIX*. Lisboa, 1846. Biblioteca Nacional de Portugal, Biblioteca Nacional Digital.

Imagens no interior

Museu Nacional de Arte Antiga (MNAA): inv.º 1223 Pint., inv.º 1256. Des., inv.º 2268 Des. Reprodução autorizada pelo Arquivo de Documentação Fotográfica/Direcção-Geral do Património Cultural, por cedência de direitos de Alexandra Gomes Markl para a presente edição (pp. 134-135).



*Benchard & J. int. ou
em Paris em 1841.*

Off. de Santos.

*J. de Brás Lithographe
em Lisboa 1841.*

Visconde de Santarém

Manuel Francisco de Barros e Souza de Mesquita Macedo Leitão
Carvalhosa Visconde de Santarém nasceu em Lisboa 18 de Novem-
bro de 1791. Alcaide mor de Santarém Commendador das Ordens de
S. Thiago e Torre e Espada Grão Cruz da Ordem de Carlos 3º de Hes-
panha, Guarda Mor da Torre do Tombo, Socio da Academia Real
das Sciencias de Lisboa, e do Instituto de França, e de muitas ou-
tras Sociedades Scientificas e Literarias. Author do Quadro Ele-
mentar das relações Diplomaticas de Portugal, e de importantes memo-
rias Geographicas e Archeologicas &

HISTORIOGRAFIA, CULTURA E POLÍTICA NA ÉPOCA DO VISCONDE DE SANTARÉM (1791-1856)

A historiografia portuguesa foi, no dealbar da Época das Revoluções, marcada por práticas culturais e políticas diversas. Entre as lutas revolucionárias e contra-revolucionárias, o erudito e o cronista coexistiam com o historiador amador. O qual reivindicava, tal como os políticos, filósofos e poetas, o papel de religar o passado e o presente, para entender os acontecimentos disruptivos do tempo e antever o futuro das sociedades e da humanidade. O exercício de papéis multifuncionais tornava dúbias, nos indivíduos, as fronteiras entre súbditos e cidadãos, particulares e estadistas, na emissão de opiniões e na tentativa de influenciar os rumos da história. A conjugação de historiografia, cultura e política abre novas e desafiantes visões acerca de uma época plena de ensinamentos para o século XXI.

Pretende-se debater diferentes estados da arte na historiografia luso-brasileira, da história dos conceitos e do dicionarismo crítico. Estabelecer um diálogo crítico a propósito do discurso historiográfico do século XIX, da pluralidade dos significados da sua linguagem impressa e da necessidade de cooperação, aberta e constante, entre os estudiosos dos anos de 1828 a 1834. Analisar fenómenos específicos da arte e da religião, para entender como a cultura expressava o que elites e massas populares desejavam fazer perdurar como memória. Destacar vários instrumentos de conhecimento reflexivo, como as análises da construção dos Estados nacionais (em plena efervescência ibérica dos ideais legitimistas), a afinação tipológica de agrupamentos ideológicos miguelistas e a utilização sistemática das fontes diplomáticas manuscritas, para entender as lutas dinásticas ibéricas.

Em suma, procura-se pôr à disposição da comunidade científica e do público informações de considerável utilidade, num esforço de elucidação da história política, social e mental daquele tempo.

A colecção *Historiographica* dá a conhecer estudos sobre historiografias e historiadores, a construção de memórias sociais e individuais e usos instrumentais do passado – a sempre complexa relação entre presente, passado e futuro, nas suas relações contextuais com problemas sociais e políticos. Abrange múltiplos tempos e geografias e incentiva a aproximação entre diversas ciências sociais e humanas.



HISTORIOGRAPHICA

LISBON
HISTORICAL
STUDIES

Direcção de
Sérgio Campos Matos & Covadonga Valdaliso

HISTORIOGRAFIA E *RES PUBLICA*

Sérgio Campos Matos e Maria Isabel João (Orgs.)

2017

HISTORIOGRAFIA, CULTURA E POLÍTICA
NA ÉPOCA DO VISCONDE DE SANTARÉM (1791-1856)

Daniel Estudante Protásio (Org.)

2019

CH

CENTRO DE HISTÓRIA
